

# BOLETIM DE GREVE

2024 - Edição: 5



sindsifce.com.br



@sindsifce



## GOVERNO APRESENTA NOVA PROPOSTA AOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS; BASE DECIDIRÁ FUTURO DA GREVE



O governo federal apresentou na última terça-feira (11/06) uma nova proposta para reestruturação da carreira de técnico-administrativos(os) em educação (TAEs). O SINASEFE participou da 6ª reunião da Mesa Específica e Temporária da Carreira TAE.

A mesa de negociação contou com a participação de representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Ministério da Educação (MEC) e de entidades representativas da categoria.

Após cinco rodadas de negociação, a nova proposta do governo para os técnicos TAEs, apresenta pequeno ganho na progressão da carreira (steps), que aumentarão dos atuais 3,9% para 4,0% em janeiro de 2025 e 4,1% em abril de 2026. O reajuste salarial, foi proposto da seguinte forma: 2024 (0%), 2025 (9,0%) e 2026 (5%). Na reestruturação da carreira, o tempo de progressão diminuiu de 18 para 12 meses, com aceleração a cada cinco anos. Mudança

que permite que se chegue do início ao topo da carreira em 15 anos.

A concessão de gratificação por Saberes e Competências (RSC), outra demanda do SINASEFE, terá seus critérios debatidos em um Grupo de Trabalho no MEC a ser criado para aprofundar o tema, com prazo de seis meses. Durante a reunião, o governo disse que o RSC seria implantado em abril de 2026. No entanto, o MGI ainda não formalizou a proposta.

Outro pleito não salarial da categoria, que é a revisão do Decreto 9991/19, foi apresentada proposta de revisão da norma, permitindo que as Instituições Federais de Ensino Superior elaborem seus planejamentos e planos específicos.

A proposta do governo ainda será debatida pela categoria em assembleias locais para posterior deliberação nacional (em Plenária) sobre aceite, ou não, dos termos colocados.

## SERVIDORES DA EDUCAÇÃO FEDERAL REALIZAM ATO EM FORTALEZA EM MEIO A NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO

Na tarde da última terça-feira (11), aproximadamente 200 trabalhadores da educação federal, incluindo servidores docentes e técnicos-administrativos em educação (TAE), reuniram-se em um ato em frente ao prédio da Receita Federal em Fortaleza, onde funciona o escritório regional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) no Ceará.

O protesto foi organizado pelos Comandos de Greve do Sindicato dos Servidores do IFCE (SINDSIFCE) e do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE). O objetivo principal foi pressionar o governo para atender às demandas da categoria, coincidindo com a 6ª reunião da Mesa Específica Temporária relativa à carreira dos TAEs, que aconteceu em Brasília.

O ato em frente ao MGI em Fortaleza foi considerado uma demonstração significativa da força e da união dos trabalhadores da educação federal, refletindo o empenho da categoria em alcançar melhores condições de trabalho e reconhecimento de suas demandas.



### Principais resultados da Mesa de Negociação com os TAE's

Após cinco rodadas de negociação, a nova proposta do governo para os técnicos TAEs, apresenta pequeno ganho na progressão da carreira (steps), que aumentarão dos atuais 3,9% para 4,0% em janeiro de 2025 e 4,1% em abril de 2026. O reajuste salarial, foi proposto da seguinte forma: 2024 (0%), 2025 (9,0%) e 2026 (5%). Na reestruturação da carreira, o tempo de progressão diminui de 18 para 12 meses, com aceleração a cada cinco anos. Mudança que permite que se chegue do início ao topo da carreira em 15 anos.

**Escaneie o QR Code ao lado e fique por dentro de todas as notícias sobre a Greve.**



## DEBATE SOBRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL É REALIZADO NO CAMPUS MARACANAÚ

No dia 6 de junho, no auditório do Campus Maracanaú, o SINDSIFCE realizou palestra com o tema “Regimes Previdenciários no Serviço Público Federal”, ministrada por Priscilla Uchoa, Diretora do Sindicato dos Servidores do IFCE.

Durante a palestra, Priscilla Uchoa abordou a evolução dos regimes de previdência no Serviço Público Federal brasileiro, enfatizando a alta proporção de aposentados em relação aos trabalhadores ativos no sistema federal, além do impacto da introdução de um teto de aposentadoria. Uchoa explicou que é urgente a necessidade de encontrar soluções de financiamento sustentável

para o sistema previdenciário federal. “Precisamos de um debate amplo e de políticas eficazes para garantir que o RPPS continue a cumprir seu papel de forma justa e sustentável”.

Além disso, foram apontados problemas como a concentração da concessão e manutenção no INSS (suspensa temporariamente), as exigências das Emendas Constitucionais 20/1998 e 103/2019, e a possível extinção do RPPS com sua aglutinação ao RGPS/INSS. Uchoa enfatizou a importância do RPPS como mecanismo de proteção social e redistribuição de renda.

O evento foi bem recebido pelos participantes, que saíram do auditório com uma compreensão mais clara dos desafios e das mudanças no regime previdenciário dos servidores públicos.



## AULA PÚBLICA DISCUTE A GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL E A INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO DURANTE AS NEGOCIAÇÕES

Dia 10 de junho foi realizada uma aula pública com o tema “Greve da Educação Federal: em que pé estamos?”, ministrada pela Professora Artemis Martins, coordenadora geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). O evento ocorreu na tenda instalada no pátio da Reitoria do IFCE e contou com a participação de 50 servidores. Para chamar a atenção dos servidores e servidoras da Reitoria e incentivá-los a participar da aula, foi organizado um cortejo.



O evento foi aberto a toda a comunidade do Instituto Federal, criando um espaço de discussão e integração em meio ao movimento grevista que afeta a educação federal.

Durante o debate, foi discutido o fato de que a greve pautou o anúncio de investimentos feitos no mesmo dia, pelo governo. No entanto, essa vitória é considerada insuficiente, pois as reivindicações

dos trabalhadores ainda não foram plenamente atendidas.

**EM TEMPO** – O presidente Lula (PT) anunciou cerca de R\$ 4,02 bilhões para instituições. Como já havia R\$ 1,5 bilhão previsto no PAC para os hospitais universitários, o total do programa para a educação vai para R\$ 5,5 bilhões.

A Professora Artemis, durante sua aula, abordou os recentes anúncios do governo federal, destacando a postura intransigente do governo nas negociações.

Artemis Martins, comentou a fala do presidente Lula, ao dizer que queremos “tudo ou nada”: “a gente cedeu, cedemos muito, então a gente não tá querendo tudo, como ele disse. A gente tá brigando por aquilo que é fundamental. A gente quer estabelecer um mínimo, o básico pra gente sair da greve. Negociamos com a nossa base, a revogação imediata da portaria 983 e algum percentual para 2024; a reposição da inflação. Isso é tudo? Não! Não somos nós os intransigentes!”, disse.

A discussão também ganhou um novo capítulo com o pedido do presidente Lula pelo fim da greve. Em seu pronunciamento, Lula enfatizou a necessidade de retomada das atividades. Contudo, a posição do governo tem sido considerada inflexível pelos grevistas, que reivindicam uma negociação mais justa e transparente.

Os servidores presentes na aula pública expressaram sua preocupação com a falta de diálogo efetivo por parte do governo e reafirmaram seu compromisso com a luta e com a greve.



Escaneie o QR Code ao lado e fique por dentro de todas as notícias sobre a Greve.

